

REGULAMENTO DE CEDÊNCIA E DE UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL DE CUBA



I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º (Lei Habilitante)

O Presente regulamento tem como lei habilitante a Lei n.º169/99, de 18 de Setembro com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º5.A/2002, de 11 de Janeiro, designadamente a alínea f) do n.º2 e a alínea a) do n.º7, ambos do artigo 64.º, bem como as alíneas a) e e) do n.º2 do artigo 53.º

Artigo 2.º (Objecto)

O presente regulamento estabelece as normas gerais e as condições de cedência e de utilização do Pavilhão Municipal de Cuba.

Artigo 3.º (Gestão e Administração)

O Pavilhão Municipal de Cuba, adiante designado por Pavilhão, é gerido e administrado pela Câmara Municipal de Cuba.

II - ORDEM DE PREFERÊNCIA NA UTILIZAÇÃO

Artigo 4.º (Ordem de prioridades)

1. Na gestão do Pavilhão, procurar-se-á servir todos os interessados, no sentido de rentabilizar a sua utilização, de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- 1.º - Actividades desportivas escolares curriculares;
- 2.º - Actividades desportivas escolares extra-curriculares;
- 3.º - Actividades desportivas promovidas/apoiadas pela Câmara Municipal e Juntas de Freguesia;
- 4.º - Actividades desportivas promovidas por clubes sem instalações próprias sedeados no Concelho com classes de aprendizagem e treino desportivo, abrangendo escalões etários até aos 15 anos;
- 5.º - Actividades desportivas promovidas por clubes, colectividades e outras entidades do Concelho com instalações desportivas próprias;

- 6.º - Actividades desportivas promovidas por grupos de Municípios,
- 7.º - Actividades desportivas promovidas por outras entidades exteriores ao Concelho;
- 8.º - Actividades extra-desportivas.

2. À entidade gestora do Pavilhão é dada a competência para apreciar e decidir em conformidade, situações que pela sua importância e natureza, justifiquem uma aplicação diferente da ordem de prioridades estabelecida.

III - CEDÊNCIA/LOCAÇÃO DO PAVILHÃO

Artigo 5.º

(Condições de cedência/locação do Pavilhão)

1. O Pavilhão pode ser cedido/arrendado de duas formas:

- a) Com carácter regular, durante um(a) ano lectivo/época desportiva;
- b) Com carácter pontual.

2. Os pedidos de cedência/arrendamento do Pavilhão devem ser dirigidos por escrito, à Câmara Municipal - Pavilhão Municipal, do seguinte modo:

- a) Com carácter regular, até 30 dias antes do início do ano escolar, salvo situações devidamente justificadas;
- b) Com carácter pontual, até 48 horas antes da utilização;
- c) Em ambos os casos, a entidade requerente deve referir a modalidade a praticar, período e horário de utilização, número previsto de praticantes, nome, morada e contacto telefónico da pessoa responsável pelo grupo/equipa utilizadora;
- d) A pessoa referida na alínea c) torna-se responsável pela disciplina do grupo, modo de utilização das diversas instalações, utilização do material desportivo e sua arrumação, bem como pelo pagamento das taxas devidas;
- e) O pedido de utilização pressupõe a aceitação e o cumprimento deste regulamento.

3. Se no caso previsto na alínea a) do número anterior, o utente pretender deixar de utilizar o Pavilhão antes da data estabelecida, deverá comunicá-lo por escrito até 15 dias antes, sob pena de continuarem a ser devidas as respectivas taxas.

Artigo 6.º
(Intransmissibilidade das autorizações)

1. O Pavilhão só pode ser utilizado pelas entidades para tal autorizadas;
2. É admitida a possibilidade de troca de cedência do Pavilhão, desde que resulte de acordo entre duas ou mais entidades interessadas;
3. A entidade que ceda a outrem o período que lhe tenha sido concedido, obriga-se a manifestar por escrito, o acordo estabelecido entre as duas entidades interessadas, desobrigando-se do pagamento devido;
4. A entidade que beneficiar da cedência de período de utilização do Pavilhão por outrem, fica obrigado ao pagamento respectivo.

Artigo 7.º
(Prazos de pagamento)

1. As entidades com utilização regular devem efectuar os pagamentos das taxas de utilização mensalmente até ao dia 8 do mês seguinte ao mês a que se refere o pagamento;
2. O atraso no cumprimento do prazo referido no número anterior, para além do cancelamento da autorização de utilização, implica o pagamento de mais 10% sobre o valor em dívida por cada mês em atraso;
3. As reservas para utilização pontual implicam o imediato pagamento das taxas correspondentes, ainda que não se concretize a utilização, salvo se o utente comunicar o facto com pelo menos 24 horas de antecedência e desde que se verifiquem motivos ponderosos como tal aceites pela entidade gestora.

Artigo 8.º
(Policiamento e autorizações)

As entidades utilizadoras são responsáveis pelo policiamento e presença dos Bombeiros no Pavilhão durante a realização de eventos que o determinem, assim como pela obtenção de licenças ou autorizações necessárias à realização de determinadas iniciativas.

IV - CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO

Artigo 9.º

(Autorização de utilização do Pavilhão)

A autorização de utilização do Pavilhão é comunicada por escrito aos interessados, com a indicação das condições previamente acordadas, só podendo ser revogada quando motivos ponderosos, imputáveis ao utente ou à Câmara Municipal, assim o justifiquem.

Artigo 10.º

(Requisição do Pavilhão)

1. A título excepcional, para o exercício de actividades que não possam sem grave prejuízo, ter lugar noutra ocasião, a Câmara Municipal pode requisitar o Pavilhão ainda que com prejuízo dos utentes, mediante comunicação com pelo menos 72 horas de antecedência;

2. No caso previsto no número anterior, o utente prejudicado deve ser sempre que possível, compensado com novo tempo de utilização ou em alternativa ser-lhe restituída a verba entretanto despendida.

Artigo 11.º

(Cancelamento de autorização de utilização do Pavilhão)

A autorização de utilização do Pavilhão será cancelada quando se verificarem as seguintes situações:

- a) Não pagamento das taxas de utilização no tempo previsto;
- b) Danos produzidos no Pavilhão ou em quaisquer equipamentos ou materiais nele integrado, no decurso da sua utilização;
- c) Utilização para fins diversos daqueles para que foi concedida autorização;
- d) Utilização por entidades ou utentes estranhos aos que foram autorizados.

Artigo 12.º

(Utilização simultânea do Pavilhão)

Desde que as características e condições técnicas do Pavilhão o permitam e daí não resulte prejuízo para qualquer dos utentes, pode ser autorizada a utilização simultânea por vários utentes.

Artigo 13.º

(Utilização dos materiais e equipamentos do Pavilhão)

Não é permitida a utilização dos materiais e equipamentos com fins distintos aos que estão destinados.

Artigo 14.º

(Utilização do Pavilhão para fins extra-desportivos)

A utilização do Pavilhão para fins extra-desportivos, carece da realização de um protocolo entre a Câmara Municipal e a entidade requerente.

V - UTENTES

Artigo 15.º

(Utilização do Pavilhão)

Não é permitida a entrada ou permanência dos utentes nos recintos desportivos, com objectos estranhos e inadequados à prática desportiva que possam deteriorar o piso e/ou o equipamento lá existente.

Artigo 16.º

(Responsabilidade dos utentes)

Os utentes autorizados a utilizar o Pavilhão, ficam integral e solidariamente responsabilizados pelos danos causados no mesmo durante o período de utilização ou deste decorrente.

Artigo 17.º

(Reserva de admissão e de utilização do Pavilhão)

À Câmara Municipal reserva-se o direito de não autorizar a permanência nas instalações de utentes que desrespeitem as normas de utilização constantes deste regulamento e que perturbem o normal desenrolar das actividades.

Artigo 18.º

(Utilização do material e do equipamento pelos utentes)

1. Só têm acesso às arrecadações de material os funcionários. Os responsáveis pela utilização quando dele necessitem terão de o requisitar antecipadamente;
2. Os responsáveis pela utilização não devem permitir o arrastamento dos equipamentos e materiais no solo, de forma a evitar estragos no piso e nos próprios equipamentos.

Artigo 19.º

(Segurança dos utentes)

A segurança dos utentes é da responsabilidade das entidades utilizadoras.

Artigo 20.º

(Proibição de fumar)

É proibido fumar em todo o Pavilhão.

VI - TAXAS

Artigo 21.º

(Despesas Extraordinárias)

Sempre que a utilização das instalações obrigue a despesas extraordinárias ficam estas a cargo da entidade requisitante.

Artigo 22.º

(Montante das taxas)

O montante das taxas a cobrar pela utilização do Pavilhão, consta do anexo a este regulamento.

Artigo 23.º

(Benefícios financeiros pela utilização do Pavilhão)

Quando da utilização do Pavilhão advier ao requisitante benefícios financeiros, nomeadamente por acções de cobrança de bilhetes, de venda de

serviços de publicidade ou transmissão televisiva de determinado evento, será cobrada uma taxa adicional.

Artigo 24.º

(Inimputabilidade de responsabilidade)

A Câmara Municipal de Cuba não é responsável pelo destino dos bens colocados à guarda dos funcionários.

VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 25.º

(Competência da Câmara Municipal)

Compete à Câmara Municipal zelar pela observância deste regulamento e pela manutenção, conservação e segurança das instalações.

Artigo 26.º

(Casos omissos)

Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Câmara Municipal de Cuba.

Artigo 27.º

(Entrada em vigor)

Este regulamento entra em vigor após aprovação pela Assembleia Municipal e será obrigatoriamente objecto de avaliação e eventual alteração, um ano após esta data.



PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO

ANO 2010

TAXAS DE UTILIZAÇÃO POR HORA

a) Para entidades do Concelho de Cuba:

	TREINOS	ESPECTÁCULOS DESPORTIVOS SEM ENTRADAS PAGAS	ESPECTÁCULOS DESPORTIVOS COM ENTRADAS PAGAS
Pavilhão completo	6,75 €	6,75 €	29,71 €

b) Para entidades exteriores ao Concelho de Cuba:

	TREINOS	ESPECTÁCULOS DESPORTIVOS SEM ENTRADAS PAGAS	ESPECTÁCULOS DESPORTIVOS COM ENTRADAS PAGAS
Pavilhão completo	20,25 €	20,25 €	67,48 €

Nota: Estas taxas consagram a utilização de balneários com duche quente, de iluminação artificial e de equipamentos desportivos fixos ou montados no Pavilhão.

SALA DE ESPELHOS

TAXAS DE UTILIZAÇÃO POR HORA

1 Hora - 1,93 €